

## Apresentação

### Os males de memória: lembrar-se dos traumatismos da grande História<sup>1</sup>

De todos os ventos de memória que varrem nosso mundo globalizado, aqueles movidos pelos traumatismos da história sopram, em nossos dias, com uma intensidade sem precedentes. Guerras, diásporas, deportações, repressões, genocídios, confinamentos, escravaturas e totalitarismos alimentam suas respectivas memórias da dor. Ontem ilegítimas, recalçadas, encobertas pelo silêncio imposto pela estigmatização, pela incompreensão, pela simples desatenção ou, ainda, pelo medo do mal-entendido, essas memórias rompem, hoje, com a denegação e saem da sombra, para atizar uma efervescência memorial que as ultrapassa e, ao mesmo tempo, as engloba. Amplificando o eco do “elogio incondicional da memória” (Todorov, 1995, p. 13) que ressoa por toda parte, elas participam de um culto compósito em que o hedonismo da nostalgia disputa com a obrigação do dever. E isso até à sacralização. Sem dúvida, podemos, com Tzvetan Todorov, supor que a tomada de consciência das manipulações de memória de que os totalitarismos se tornaram culpados, não é alheia a esse aumento de potência das memórias do traumatismo. Entendido, a partir de então, como um ato de resistência, como uma revanche contra o mal suportado e endurecido<sup>2</sup>, o ato de reminiscência se vê imbuído de uma razão de ser inédita. Mas se não cabem dúvidas quanto à incidência dessa reviravolta, operada sob a influência esclarecida dos historiadores, dos filósofos e dos escritores, pode-se, também, suspeitar de razões ao mesmo tempo mais profundas e mais disseminadas.

Notemos, antes de mais nada, que essas memórias que, de um extremo ao outro do planeta, fazem, hoje, sangrar o passado, se inscrevem não apenas no contexto hipermnésico evocado acima, mas, também, numa história, numa cronologia do fato memorial, inaugurada e dominada pela experiência memorial do judeocídio. Ninguém pode refutar o fato de que, ao longo da segunda metade do século XX, “a Shoah se tornou a medida do mal absoluto”, e que, paralelamente, “o combate judeu pela memória do genocídio e o reconhecimento finalmente obtido” se impuseram por sua vez como “modelo e [...] quadro referencial para outras populações perseguidas” (Lapierre, 2007, p. 475). Sem dúvida, é pela importância dos debates que suscita que melhor se pode medir esse triunfo. No concerto das vozes que se elevam para denunciar os abusos de todos os

tipos (mercadorização da lembrança trágica, turistificação dos lugares de memória, deriva obsessiva, promoção de um humanismo pessimista, etc.), podemos, com efeito, escutar a expressão de uma resistência – vã? – a uma – irreversível? – fatalidade mimética. O modelo é assim discutido, contestado, não apenas pelos intelectuais que, nesses desrecalques memoriais, não param de encontrar matéria para pensar, mas, também, pelos próprios atores sociais, portadores e defensores de memórias análogas, prontos para acusar a memória dos judeus de ocupar todo o lugar. Em suma, vítima de seu sucesso, a memória da Shoah está metida numa guerra das memórias, numa competição vitimária que muito se aparenta com uma armadilha para as memórias que se deixam encerrar nela (Traverso, 2011). Buscando assemelhar-se, e ao mesmo tempo distinguir-se, da memória do genocídio judeu, graças, principalmente, a um exagero na invocação do horror sofrido, as memórias do traumatismo, judia e outras, têm geralmente, em comum, rivais bem mais difíceis de desafiar, a saber: as memórias instituídas que são as memórias dos Estados-nações, mais “naturalmente” inclinadas ao esquecimento, senão à denegação, do que à introspecção. Obrigando as sociedades nacionais a voltar às páginas mais trágicas e menos gloriosas de sua história, a afirmação das memórias *outras* força, hoje, os Estados, a uma completa refundição das políticas memorialistas (Michel, 2010; Blanchard e Vayrat-Masson, 2008). Declarações de arrependimento, pedidos de perdão, reconhecimentos de crimes contra a humanidade, votações, aprovações de leis memorialistas recobrem a atualidade, minando, cada vez mais, a integridade das memórias nacionais. Assim sendo, esse trabalho de escavação não poderia nos induzir à crença, numa relação de força necessariamente favorável às “pequenas” memórias. A bem da verdade, a relação entre essas memórias e as “grandes” é mais complexa, para não dizer mais ambígua, do que parece. Pois, nesse caso, o Estado se mostra bem mais do que um acusado potencial: ele é também a instância de recurso, aquela que faz justiça e pela qual pode ser obtida uma reparação do passado. Mas o que as memórias *outras* não desfazem do interior, não deixa de ser contrabalançado pelo que desfazem do exterior. Cosmopolitas, transnacionais, certas memórias do traumatismo, entre as quais ocupa, por certo, o primeiro lugar aquela da Shoah,

<sup>1</sup> Este texto foi escrito parte em francês, parte em português. A parte francesa deste texto foi traduzida por Fernando Scheibe. Agradeço também a Aimberê Araken Machado pela revisão do texto em português.

<sup>2</sup> *Enduré et induré.* (N.T.).

podem já ser entendidas como “memórias-Mundo” (Auzas e Jewsiewicki, 2008) e, portanto, cúmplices da globalização financeira, econômica e cultural, que reduz, a cada dia, a margem de manobras dos Estados-nações.

Isso posto, poderíamos nos contentar em interpretar cada batalha vencida contra o esquecimento e a denegação como o índice do triunfo da psicanálise, ou, ao menos, de seus conceitos (traumatismo, recalque, luto, neurose...), doravante entendidos e reempregados em escala coletiva (Garcia, 2008). Mas, olhando de mais perto, as memórias do traumatismo dão testemunho de bem mais ainda. A requalificação do passado que implicam vai de par com a desmonetização de toda uma série de valores. A homenagem ao combatente heróico que sacrifica sua vida pela causa da pátria é substituída pela compaixão pelas vítimas, todas iguais, aliás. Vencedores e vencidos se apagam, e com eles o sentido da história. Como constata inquieta Régine Robin, “Não há mais responsáveis, mas uma condição humana dolorosa diante da qual é preciso se inclinar. O ‘infortúnio dos tempos’ se torna, assim, a grande causalidade que substitui todo e qualquer conceito” (Robin, 2007, p. 396). Somente a testemunha, ao mesmo tempo fonte, prova, ator da história e portador de memória, parece em condições de resistir, ainda, nessa nova ordem de valores. O historiador, considerado um mercenário da história oficial, se vê acusado de ilegitimidade. Quanto ao traumatismo, ele se vê elevado à categoria de acontecimento fundador que se deve não apenas partilhar, passar, transmitir, herdar, mas, também, fazer reconhecer no espaço público.

Ora, como nota acertadamente Michèle Baussant, “nem todos os pedidos de reparação, de reconhecimento, nem todas as expressões da memória ou evocações do passado encontram o mesmo eco numa determinada sociedade” (Baussant, 2007, p. 391-393). Cabe ao pesquisador em ciências sociais analisar a maneira como a comunidade memorial dá conta desse desafio do reconhecimento: que palavras, que linguagem, que imagens lhe permitem encontrar a sensibilidade coletiva e dizer assim a si mesma? Para assim fazer passar a lembrança do mal da esfera privada à esfera pública, por que procedimento consegue-se tornar recebível a ilegitimidade memorial que atinge, a princípio, esse tipo de reminiscências? Em outros termos, como se passa da ocultação à celebração, do “tempo da vergonha” ao “tempo da glória” (Chaumont, 2002)? Quais são as etapas intermediárias? Que lugar têm os modelos memoriais, como aquele da Shoah evocado acima, nos dispositivos de validação das expectativas? Como se constrói uma figura aceitável da vítima? Como, da comunidade memorial à coletividade, nacional ou outra, que a inclui, emerge uma lógica de consenso? Tais são as questões que o antropólogo coloca, no conforto relativo que lhe propicia sua prática do “olhar distanciado”. É, em todo caso, o que se pode dizer do posicionamento

desse pesquisador, tomando emprestado a Lévi-Strauss sua maneira de designar aquilo que é para ele, ao mesmo tempo, uma postura e uma metodologia. Sua tranquilidade se deve, também, à sua maior familiaridade com as problemáticas da memória, devida à frequência assídua, há cerca de vinte anos, dos terrenos a elas relacionados (museus, história local, arqueologia, emoções patrimoniais, etc.). Dão testemunho disso as contribuições dos etnólogos franceses apresentadas neste número da revista *História Unisinos*.

Para quem se empenha na escrita da história, as coisas são diferentes. Este é um terreno minado. Por muito tempo a disciplina história buscou se afastar de tudo que se referisse à memória. Esta era pensada como o inverso da possibilidade de constituição de uma ciência. A crítica da tradição oral era o principal argumento da busca pela cientificidade (Joutard, 1998, p. 43). O uso de fontes orais baseadas na memória, a partir, principalmente, de meados do século XX, foi cercada de desconfiança. Os depoimentos eram, inicialmente, cercados de cuidados, buscando expulsar qualquer subjetividade. Além disso, visavam colher depoimentos para historiadores do futuro. Estes eram colhidos entre pessoas consideradas importantes no campo político-institucional. Este momento, que podemos chamar de uma primeira geração de historiadores que usavam a memória como fonte, pretendia, no máximo, preencher as lacunas que as fontes escritas não cobriam.

Novas gerações de historiadores ocuparam-se da memória, e passaram a abordar estas narrativas colhidas como “outras histórias”. Não visavam mais completar informações. Mesmo assim, perante a comunidade de historiadores, aqueles têm sido tratados com desconfiança. Philippe Joutard (1998, p. 44), falando da França, mostra-nos o quanto estes ficavam à margem da história acadêmica. No Brasil, pode-se dizer que esta desconfiança é certamente menor, mas, mesmo assim, ela existe.

Como qualquer memória, estas, que se referem ao traumatismo dos chamados grandes acontecimentos da história, têm relação com estes mesmos acontecimentos e, ao mesmo tempo, os contradizem, falam de outro lugar. Fazem emergir outras histórias. Longe da grande narrativa, em geral linear, dos acontecimentos, estas memórias trazem outros tempos. Aqui, os nomes e lugares de destaque não são, necessariamente, aqueles que constam nos grandes compêndios. E mesmo quando se referem a eles, é para melhor desmontá-los. Os heróis e as vítimas não são os mesmos. Nas memórias, o fragmento é mais significativo. Nas memórias, o livro de história ajuda pouco. Situa, por vezes, define uma data, organiza, quem sabe, uma parte do que se lembra. Mas é de outro lugar que se fala. A subjetividade aqui tem livre vazão, não é inimiga do relato. Dá sentido a este.

Quem trabalha com memórias já aprendeu a tornar a subjetividade uma aliada. Quem trabalha com memórias, principalmente aquelas fundadas na história oral, sabe que as fontes são pessoas que nunca reduzirão sua vida a um conjunto de fatos, disponíveis para a interpretação dos outros. “Recordar e contar já é interpretar” (Portelli, 1996, p. 60). E, ainda, as pessoas transformadas em depoentes, reagem às interpretações que se fazem de suas narrativas, recusam-se a ser veículos de significados que não controlam. Interpretam seus próprios intérpretes (Portelli, 2010, p. 59-60).

Pierre Nora (1993, p. 13), separando história e memória, dizia que os “lugares de memória” são como “as conchas na praia, quando o mar se retira da memória viva”. Criticava a proliferação de espaços que pretendem guardar a memória que, posteriormente, seria alvo da pesquisa histórica. Claro que falava de uma historiografia que se pensava científica, para a qual a subjetividade era empecilho para a “verdadeira história”. Memórias hoje pretendem – não sem resistências – fazer parte da narrativa histórica. Mesmo assim, ainda são olhadas com desconfiança. Nos compêndios de história, elas são a parte da curiosidade. São elas, entretanto, que, mesmo “enquadradas”, subterrâneas (Pollak, 1989), vilipendiadas, ou não, ainda dão vida àquilo que, por vezes, não passa de um pequeno registro.

Neste dossiê, etnólogos franceses e historiadoras brasileiras cobrem com memória um amplo leque de “acontecimentos da grande história”: O tráfico de escravos, a segunda guerra mundial, a Guerra Civil Espanhola e o exílio na França, as guerras no Líbano, a migração alemã no Sul do Brasil e a ditadura militar dos anos sessenta e setenta, são grandes acontecimentos visitados pela memória. Todos têm, em comum, o fato de serem alvo de narrativas historiográficas baseadas em muitas fontes escritas, e serem alvo de muita controvérsia também.

Abrindo o dossiê com etnólogos franceses, Gaetano Ciarcia focaliza a escravidão africana, no artigo *Dar a ver memórias indizíveis. O presente do passado da escravidão em Ouidah, Benin*, onde pretende perceber como os usos memoriais e patrimoniais do passado de escravidão estão ligados à renovação das antigas tradições religiosas, como no vodú. Yves Pourcher, por sua vez, focaliza a Segunda Guerra Mundial, no artigo *Três mortos pela França*, onde narra as desventuras de três soldados mortos durante a segunda guerra mundial. Destaca, principalmente, os sentimentos da família, diante da morte. A memória e os males dela, neste caso, são enfocados, pois, para alguns lembrar é uma grande

tristeza, ou, por vezes, uma grande vergonha. Véronique Moulinié centra sua pesquisa sobre a Guerra civil Espanhola e o exílio dos republicanos que seguiram para a França, no artigo *Memória da Retirada e sucessão das gerações: do silêncio ao discurso ensurdecedor*. Neste texto, escreve sobre as associações de descendentes de refugiados espanhóis, que multiplicam as atividades comemorativas (marcha da lembrança, inaugurações de estelas, exposições, etc.). A autora mostra como essa memória sofre mudanças sutis, mas importantes. Sylvie Sagnes também centraliza a “retirada”, após a guerra civil espanhola, no artigo *Uma memória compartilhada: O romance francês da guerra civil, do êxodo e do exílio espanhóis*. Aqui, a principal fonte são os romances que narram a “retirada” e a autora faz uma etnografia do romance da Retirada, abrindo, assim, novas perspectivas sobre a memória do êxodo e do exílio, que tende a cobrir a voz das associações que militam pelo reconhecimento desta memória. Sophie Brones escreve sobre as guerras no Oriente Médio no artigo *Al-Khandaq al-Ghamiq. Memórias de um bairro em ruína no centro de Beirute*. A autora sublinha, através da memória, a antropologia urbana de uma cidade que viveu 15 anos de guerra. Mostra os deslocamentos dos habitantes, os esquecimentos, a atuação do poder público definindo setores que são alvo de transformação urbana e de locais de memória.

A historiadora brasileira Janine Gomes da Silva aborda a Colonização Alemã em Santa Catarina, no artigo *Memória, alimentação e etnias*, através do qual (re)significa a história e o patrimônio cultural da região de Joinville, ampliando os estudos no campo do patrimônio alimentar. Também do Brasil, Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff tratam dos anos de ditadura militar no Brasil, no artigo *As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero*, mostram que as narrativas de algumas mulheres têm sido, também, permeadas por avaliações marcadas por suas identificações com o feminismo. Em outros casos, são os próprios familiares que exigem o silêncio. Desta maneira, a memória do passado recente vem formatada por múltiplos constrangimentos.

São estes os artigos que querem discutir os “males da memória”; estes pensados desde uma abordagem da antropologia e da história. Convidamos, todos, a acompanhar este debate.

Joana Maria Pedro<sup>3</sup>  
Sylvie Sagnes<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Atua no Programa de Pós-Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, onde é Coordenadora. É uma das coordenadoras da *Revista Estudos Feministas*. E-mail: joanamar.pedro@gmail.com

<sup>4</sup> Etnóloga, pesquisadora no CNRS, Sylvie Sagnes traz ao terreno das práticas patrimoniais (história local, arqueologia, museu da sociedade, etc.) a problemática do nativo abordada na sua tese. Além deste tema, ela se interessa pela história da sua disciplina e consequentemente ela questiona os processos de constituição das identidades eruditas (poligrafia, parentesco intelectual...). E-mail: sylviesagnes@wanadoo.fr

## Referências

- AUZAS, V.; JEWSIEWICKI, B. (org.). 2008. *Traumatisme collectif pour mémoire*. Québec, Presses de l'Université Laval, 380 p.
- BAUSSANT, M. 2007. Penser les mémoires. *Ethnologie française*, XXXVII(3):389-394. <http://dx.doi.org/10.3917/ethn.073.0389>
- BLANCHARD, P.; VEYRAT-MASSON, I. (org.). 2008. *Les guerres de mémoires. La France et son histoire*. Paris, La Découverte, 335 p.
- CHAUMONT, J.-M. 2002. *La concurrence des victimes : génocide, identité, reconnaissance*. Paris, La Découverte, 384 p.
- GARCIA, P. 2008. Quelques réflexions sur la place du traumatisme collectif dans l'avènement d'une mémoire-monde. In: V. AUZAS; B. JEWSIEWICKI (org.), *Traumatisme collectif pour mémoire*. Québec, Presses de l'Université Laval, p. 373-380.
- JOUTARD, P. 1998. Historia Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: J. AMADO; M.M. FERREIRA, *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, p. 43-62.
- LAPIERRE, N. 2007. Le cadre référentiel de la Shoah. *Ethnologie française*, XXXVII(3):475-482. <http://dx.doi.org/10.3917/ethn.073.0475>
- MICHEL, J. 2010. *Gouverner les mémoires. Les politiques mémorielles en France*. Paris, PUF, 208 p.
- NORA, P. 1993. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, 10:7-28.
- POLLAK, M. 1989. Memória Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3):3-15.
- PORTELLI, A. 1996. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, 1(2):59-72.
- PORTELLI, A. 2010. *Ensaio de História Oral*. São Paulo, Letra e Voz, 258 p.
- ROBIN, R. 2007. Un passé d'où l'expérience s'est retirée. *Ethnologie française*, XXXVII(3):395-400. <http://dx.doi.org/10.3917/ethn.073.0395>
- TODOROV, T. 1995. *Les abus de mémoire*. Paris, Arléa, 61 p.
- TRAVERSO, E. 2011. *L'histoire comme champ de bataille. Interpréter les violences du XXème siècle*. Paris, La Découverte, 299 p.